



A RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA

Morgana Rodrigues Campos

RESUMO

Quando a criança ingressa na escola enfrenta dois grandes desafios: permanecer em ambiente desconhecido e se separar das pessoas com quem estão acostumados a ficar em casa. Muitas vezes não é só o novo que assusta, mas sim a ausência da família. É preciso saber que é difícil para a criança construir vínculos com um grupo, é natural haver choro, recusa momentos de ânimo e desânimo. Algumas crianças levarão mais tempo para se adaptar, pois cada criança reage diferente com situações novas.

Palavras-chave: escola, família, aluno

ABSTRACT

When children enter school, they face two major challenges: remaining in an unfamiliar environment and separating from the people they are used to staying at home. Often it is not just the new that frightens, but the absence of the family. It is necessary to know that it is difficult for the child to build bonds with a group, it is natural to cry, refuse moments of excitement and discouragement. Some children will take longer to adapt, as each child reacts differently to new situations.

Keywords: school, family, student

O QUE É FAMÍLIA?

Família é o conceito que designa o grupo de pessoas associadas por relações casanguinidade ou aliança, as quais podem viver sob o mesmo teto, ou não. Trata-se tanto da sucessão de indivíduos vivos num determinado momento que mantêm ente si tais relações, quanto do conjunto de entes que tem uma ancestralidade comum, incluindo aqueles que elas se agregam,

seja de modo perpétuo ou temporário. Mais recentemente tem designado o grupo de parentes – sobretudo pai, mãe e filhos-constituído por laços decasamento e filiação ou, excepcionalmente, adoção. Em sentido genérico, refere-se à soma de pessoas unidas por características, convicções ou interesses semelhantes, o que acaba gerando, em cada um de seus interesses, o sentimento de presença aquele grupo exclusivo.

Família é uma instituição secular que historicamente, se define pela ligação estreita e íntima entre pessoas que se dispoe a conviver e partilhar suas experiencias vitais-com destaque para a guarda e criação das novas gerações segundo as regras da tradição própria, bem como uso e costumes típicos de determinado tempo e espaço. Uma família não é so um tecido fundamental de relações, mas também um conjunto de papéis socialmente definido. A organização da vida familiar depende do que a sociedade através de seus usos e costumes espera do pai, de uma mãe, dos filhos, de todos os membros, enfim. Nem sempre, porém, a opinião geral e unânime, o que resulta em formas diversas de família além do modelo social preconizado e valorizado.

É através da família – menor célula organizada da sociedade-que o Estado pode exercer um controle sobre os individuos, impondo-lhes diferentes responsabilidades conforme cada momento histórico. Sem duvida, nossa instituição familiar é patriarcal, autoritaria e monogâmica. Mas cabe a cada um encontrar os subterfugios, os “modus vivend”, dentro das normas em vigor”.

A atuação do Estado se exerce também indiretamente, pois tem controle de todos os mecanismos sociais existentes.

Assim, durante toda guerra, as mulheres são estimuladas a sair de seus lares e a trabalhar, dada ausência da mão-de-obra masculina. Uma serie de medidas é posto em prática para poder liberar as mulheres casadas de suas responsabilidades tradicionais junto aos filhos e a casa. Surgem creches, os salários melhoram, os empregos “masculinos” tornam-se acessíveis a elas etc.

A familia serve também de valvula de segurança das revoltas e conflitos sociais. Se por um lado o homem, em virtude de seu maior contato com o exterior através de seu trabalho, adquire mais consciencia política, a mulher conhece mais de perto as necessidades da casa e dos filhos. Para manter o equilibrio da célula familiar, ela servirá de contenção às revoltas dele, e com frequencia de “bode expiatório” para suas frustrações, angústia e conflitos irresolvidos no mundo exterior ao lar.

A família idealizada desenha-se como um suporte, como um lugar de aconchego e é descrita em vários estágios. Para cada fase da vida, a família aparece cumprindo uma função diferente. Primeiro ela se preocupa com a sobrevivencia, depois com formação de valores, depois com suporte emocional e assim sucessivamente, durante toda a vida do sujeito. Se a função da família muda de acordo com as etapas da vida o mesmo não pode acontecer com sua composição: ela deve ser mantida. Os lugares, nessa instituição, aparecem estritamente demarcados por funções e cientificamente justificados pela Psicologia. Cada sujeito tem de ocupar o seu devido lugar.

A família é importante em todas as fases da vida , claro em graus diferenciados. Entao é aquilo que dá suporte, equilibrio a vida inteira.

Na contramão dessa família ideal, vai surgindo outra completamente esfacelada, (perdida),

(sem tempo) e (sem responsabilidade para com a educação). Tal panorama familiar na criação dos filhos e justifica a entrada da escola para completar o que a família não dá conta de cumprir. Se, por um lado, há uma indecisão quanto a quem cabe a responsabilidade da educação (família ou escola?), por outro, responde-se essa questão à medida que a escola assume cada vez mais a função que era da família.

A palavra família, no dicionário no sentido popular, significa pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda, pessoas do mesmo sangue, ascendência linhagem, estirpe ou admitidos por adoção.

A maioria das pessoas, por isso, quando aborda questões familiares, refere-se espontaneamente a uma realidade bem próxima, partindo do conhecimento da própria família, realidade que crêem semelhante para todos, em geral, acabam generalizando ao falar das famílias em abstrato. Entretanto os tipos de família variam muito.

As famílias, apesar de todos os momentos de crise e volução, manifestam até hoje uma grande capacidade de sobrevivência e também, por que não dizê-lo, de adaptação, uma vez que ela subsiste sob múltiplas formas.

A natureza das relações dentro de uma família vai se modificando através do tempo. O aspecto mais problemático da evolução da família está sem dúvida alguma ligada ao questionamento da distribuição dos papéis ditos especificamente masculinos ou femininos, e esse é um problema chave para o surgimento de uma nova estrutura social.

É através da própria família que a criança se integra no mundo adulto. É nesse meio que aprende a canalizar seus afetos, a avaliar e selecionar suas relações. Ora, toda família visa, primeiramente, reproduzir-se a si própria em todos os sentidos: seus hábitos, costumes e valores que transmitirão por sua vez as novas gerações.

É na família que a criança ainda recebe orientação e estímulo para ocupar um determinado lugar na sociedade adulta, em função de seu sexo, sua raça, suas crenças religiosas, seu status econômico e social.

Até o século XV, a idéia de família como temos atualmente era desconhecida. A vida particular era rechaçada na Idade Média, o grupo familiar reunia vários membros que moravam juntos, não raro, vários casais compartilhavam a mesma propriedade, num aglomerado indiscriminado agrupado por laços de sangue e afinidade. As crianças podiam ser acolhidas ou repreendidas por qualquer um, a responsabilidade não se restringia aos pais.

A família conjugal é um fenômeno da modernidade. Só no século XIX assume tarefas e se vê na obrigação de atender expectativas que, anteriormente, eram imputadas ao Estado ou à comunidade. Eram apresentados quatro modelos de organização familiar constituído desde a Idade Média até a Idade Moderna, a partir de diferentes estruturas emocionais: a família arisocrática (séculos XVI e XVII), a família camponesa (séculos XVI e XVII), a família proletária (séculos XVII e XIX) e a família burguesa (séculos XVIII e XIX).

A família não pode se entendida como uma instituição imutável, fixa, sempre constituída por pai-mãe-filhos. Esta é apenas o modelo que conhecemos, e que já sofre inúmeras transformações estruturais em sua composição e em seus papéis internos. Assim, pode-se entrever que a família monogâmica e nuclear, que consideramos, via de regra, como família por excelência, é o

resultado de um longo processo de evolução, quando sucessivos estágios de desenvolvimento desenharam formas cada vez mais próximas das que hoje concebemos.

A linhagem nunca se reúne num espaço comum, em torno de um mesmo pátio. Os historiadores do direito reconhecem que não há vestígio de grandes comunidades “silênciosas” na França antes do século XV. Ao contrário, o sentimento da família está ligado à casa, ao governo da casa e a vida da casa. Seu encanto não foi conhecido durante a Idade Média porque esse período possuía uma concepção particular da família: a linhagem.

FAMÍLIA CONTEMPÔRANEA

Na atualidade, tal instituição tem apresentado configurações atípicas, o que resulta em efeitos imprevisíveis e, portanto, sem garantia comprovada de eficácia ou segurança. Consta-se que as famílias independentes da classe social a qual pertencem se organizam das mais diversas maneiras. Além da família nuclear que é constituída pelo pai, mãe e filho proliferam hoje as famílias monoparentais, nas quais apenas a mãe ou o pai está presente. Existem, ainda, as famílias que reconstituíram por meio de novos casamentos e possuem filhos advindos dessas relações. Há, também, as famílias extensas, comuns na história brasileira, nas quais convivem na mesma casa várias gerações e/ou pessoas ligadas por parentescos diversos. É possível ainda encontrar várias famílias coabitando em uma mesma casa. Enfim, parece não haver limites para arranjos familiares na atualidade.

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

Na etapa de educação infantil, é tão comum que as famílias e as professoras tenham uma comunicação freqüente onde há a necessidade de a escola estar em perfeita sintonia com a família.

A escola é uma instituição que completa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência das crianças. Uma depende da outra na tentativa de alcançar o maior objetivo qual seja, o melhor futuro para o filho e educando e, automaticamente, para toda a sociedade.

A busca de uma boa relação entre família e escola deve fazer parte de qualquer trabalho educativo que tenha como foco a criança. Além disso, a escola também exerce uma função educativa junto aos pais, discutindo, informando, aconselhando, encaminhando os mais diversos assuntos, para que a família e escola, em colaboração mútua, possam promover uma educação integral da criança.

Segundo Bassedas (1999, p. 282), da perspectiva psicológica, o fato de considerar o desenvolvimento das crianças um processo mediado social e culturalmente, mas que não passa de um processo dirigido por dentro e, em boa parte, impermeável na influência externa, obriga-nos a considerar a importância dos contextos, principalmente da escola e da família, nos quais esse crescimento pessoal é uma realidade.

Nesses contextos, entende-se que as crianças assumem alguns papéis, estabelecem algumas interações e participam em padrões de condutas cada vez mais complexas, de maneira que

incorporam, aos poucos, os elementos próprios de sua cultura, à medida que encontram pessoas que lhes guiam, deixando-as participarem e acompanhando-as em direção à autonomia; dessa forma, o desenvolvimento pessoal será um fato inseparável da socialização.

Como não poderia ser de outra maneira, a interpretação que vai fazendo do mundo, das suas regularidades, das normas que o regem e do papel que desempenha reflete naquilo que se encontra em ambos os contextos. O que se apresenta tem elementos específicos de cada meio e de outros que são comuns, especialmente nessa etapa.

Quando se faz referência à necessidade de que exista uma relação construtiva e estável entre a escola e a família, relevamos a convivência, primeira, do conhecimento mútuo e, segundo, da possibilidade de compartilhar critérios educativos capazes de eliminar essas discrepâncias que podem ser prejudiciais à criança.

Precisa ficar claro que a escola e a família são contextos diferentes e que, nesses contextos, as crianças encontrarão coisas, pessoas e relações diversas, nisso consiste em parte a sua riqueza e potencialidade. Também é preciso considerar que as divergências nem sempre são da mesma ordem. Há muitas variáveis que incidem para que a perspectiva educadora de uma família e de uma escola encontre-se mais ou menos próximas.

Nesse sentido para favorecer o crescimento harmônico da criança, convém que os educadores dirijam seus esforços tanto às características das experiências educativas que estão ao seu alcance no contexto da escola, como às relações que estabelecem com seu contexto primário, que é a família. Todos os dois compartilham muitas funções educativas que buscam a socialização em determinados valores, a promoção das capacidades cognitivas, motoras, de equilíbrio pessoal, de relação interpessoal e de inserção social, e compartilham também, o cuidado e o bem-estar físico e psíquico, não perdendo de vista que ambos têm a responsabilidade de apoiar o que é feito no outro contexto e favorecer o desenvolvimento da criança.

Quando a criança ingressa na escola, por pequena que seja já viveu em sua família, um conjunto de experiências transcendentais a si. Os professores necessitam saber como é a criança, quais seus ritmos, que pautas de relação estão estabelecendo e com que pessoas, o que lhe agrada, etc.

Por outro lado, não há dúvidas de que a escola representa uma ampliação importantíssima do meio com o qual a criança interage, adultos diferentes, outros companheiros, espaços físicos e objetos distintos, novas pautas de relação, etc. A informação sobre como está atuando na escola, com outros adultos e companheiros pode ensiná-los a ver a criança de um jeito diferente.

Trata-se de um conhecimento progressivo e mútuo que tem a virtude de fornecer indicadores para os pais e professores não apenas de conhecerem melhor a criança que vive em todos os contextos, como também para irem fazendo uma representação cada vez mais ajustada dos interlocutores. Não há dúvidas de que tudo isso pode contribuir para ter uma visão mais ajustada de si mesmo, para entender melhor o que se passa em cada contexto e, por fim, viver com mais tranquilidade tudo o que faz à educação da criança. O contato entre os pais e professores deve servir para que possam ver-se como colaboradores que compartilham determinados interesses e tarefas.

Uma conseqüência interessante do conhecimento compartilhado progressivo que os pais

e professores constroem sobre a criança é a possibilidade de estabelecer critérios educativos comuns. Cada contexto é diferente e, portanto, são diferentes as pautas de relação que se estabelecem os papéis que existam, as atividades nas quais se manifestam e as condutas que são esperadas. Porém com frequência, apresenta-se a de estabelecer determinados acordos que favorecem a transição da criança de um contexto ao outro, a coerência do que se pede a ela ou do que se proíbe, o que favorece, em uma só palavra, o seu desenvolvimento.

Muitas vezes, os pais e professores atuam de maneira diferente diante de uma mesma manifestação da criança, com frequência quando isso ocorre, sentimo-nos tentados a mostrar nossa bondade sobre a atuação da outra pessoa.

Uma condição prévia para combinar estratégias de intervenção em relação à criança consiste, precisamente, em entrar em acordo na interpretação que fazemos da conduta que nos preocupa. É possível que nos sintamos angustiados diante de uma criança que se mostre retraída e é possível, também, que sua mãe saiba que ela se comporta assim até adquirir confiança nas outras pessoas (ou seja, para confiar em alguém, essa criança precisa de mais tempo do que o considerado razoável). Atuar ou não fazer nada diante desse fato e de outros semelhantes exige, antes de tudo, estar de acordo quanto à sua significação.

Bassedas acrescenta que as condições do contexto em casa e na escola são diferentes, o que contribui para a atuação dos adultos, diante das manifestações das crianças, possa ser influenciadas pelo contexto institucional.

Por outro lado, quando se propõe estabelecer determinadas estratégias ou pautas de atuação acordadas com a família, não se deve esquecer-se do que se trata: trata-se de uma família que possui as pautas de relação e de equilíbrio. Tendo em vista o respeito e a valorização da família, e somente a partir do respeito e da valorização da escola pela família é que se pode desempenhar a difícil tarefa de tomar decisões sobre a educação das crianças. Convém lembrar que não existe família-padrão e que cada uma é diferente, tem sua história e a sua forma peculiar de regular-se. Deve-se evitar dar lições ou desprezar as estratégias que os pais adotaram e considerar que a visão da escola é necessariamente mais adequada que a da família, a partir dessas premissas pode-se estabelecer uma relação construtiva.

A relação entre a família e os centros educacionais devem proporcionar que os pais possam compreender aceitar e valorizar a tarefa educativa da escola.

Os professores da educação infantil sabem que existe entre os pais em geral, em um determinado nível social, é que é feito na escola pode ser muito diferente do que ocorre na realidade.

Na etapa da educação infantil, convém propor que as famílias conheçam e valorizem o que se faz na escola, já que se apresenta muito difundida a idéia de que as crianças pequenas vão brincar e que não é preciso saber muito para que joguem brinquem, para trocá-las ou para dar-lhes de comer, é preciso ter paciência, boa disposição e gostar de crianças, etc. Sem negar que essas qualidades são extremamente necessárias, educar, nessa idade, como nas outras requer um conhecimento profissional que permita analisar e compreender a situação de cada criança e tomar as decisões mais convenientes ao caso presente. Por isso, as iniciativas tendentes a que os pais possam entrar na escola e que conheçam o seu funcionamento devem ser valorizadas e

incentivadas.

Inicialmente, pode-se afirmar que nos dias atuais a escola não pode viver sem a família e a família não pode viver sem a escola, pois, é através da interação desse trabalho em conjunto, que tem como objetivo o desenvolvimento do bem-estar e da aprendizagem do educando/filho, os quais contribuirão na formação integral do mesmo.

Nesse sentido, é importante citar Içami Tiba (1996, p.140) que diz: “O ambiente escolar deve ser de uma instituição que complemente o ambiente familiar do educando, os quais devem ser agradáveis e geradores de afetos. Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o benefício do filho/aluno”.

Desde a mais tenra idade, a criança se desenvolve plenamente quando estimulada e incentivada, buscando alternativas de ação, pois a conduta familiar e escolar propicia relações sociais e individuais. Dessa forma, ela terá maior oportunidade de assimilar a realidade, seja através da liquidação de seus próprios conflitos, das compensações de necessidades insatisfeitas ou de novas alternativas de busca.

Historicamente, a escola e a família, tal qual as conhecemos hoje, são instituições que surgem, com o advento da modernidade, ambas destinadas ao cuidado e educação das crianças e jovens. Na verdade, à escola coube a função de educar a juventude na medida em que o tempo e a competência da família eram considerados escassos para o cumprimento de tal tarefa. Os saberes diversos e especializados, necessários, à formação das novas gerações, demandavam cada vez mais ao longo do tempo, um espaço próprio dedicado ao trabalho de apresentação e sistematização de conhecimentos dessa natureza, diferente, portanto, daquele organizado pela família.

No Brasil, a escola, como instituição distinta da família, construiu-se aos poucos, à custa das pressões científicas e dos costumes característicos de uma vida mais urbana.

Aproximadamente dois séculos, sinalizaram para a necessidade de uma organização voltada à formação física, moral e mental dos indivíduos; missão essa impossível para o âmbito doméstico.

Assim, como podemos observar, a discussão sobre a participação da família na vida escolar de seus filhos não é recente. Há décadas que se vem refletindo sobre como envolver a família, promover a co-responsabilidade e torná-la parte do processo educativo. Sem dúvida, tal aproximação trata-se de uma difícil tarefa, isto, em função das inseguranças, incertezas e da falta de esclarecimento sobre o processo educacional, suas limitações, bem como sua abrangência.

Compor uma parceria entre escola e família pressupõe de ambas as partes, a compreensão de que a relação família-escola deve se manifestar de forma que os pais não responsabilizem somente à escola a educação de seus filhos e, por outro lado, a escola não pode eximir-se de ser co-responsável no processo formativo do aluno.

Neste sentido, além do estudo das estruturas e das funções da família e da escola, havemos de considerar, também, as transformações que estão ocorrendo na sociedade moderna, nas suas instituições e conforme os quadros sociais que estão instáveis, daí decorrentes que exigem uma compreensão dinâmica e respostas mais articuladas.

As políticas públicas pouco têm conseguido fazer pela formação de educadores reflexivos,

sendo impedidas por seus próprios mecanismos burocráticos, fazendo, às vezes, o jogo inverso dessa prática educativa. A família acompanha e reage a todo este movimento, estando, porém, pouco consciente: vai à escola participar, opinar e reclamem somente quando a crise da política educacional preocupa seus interesses. Não se dá conta, no entanto, da sua parcela na produção dos problemas dos quais se queixa, nem de suas dimensões. Seria necessário então, clarear as responsabilidades, sem esquecer que o trabalho com os jovens é na maioria dos aspectos uma parceria. É função de a escola fazer um trabalho com os pais, que propicie a discussão dos interesses coincidentes, bem como dos conflitantes.

Na família, pai e mãe saem ao trabalho confiando que a escola e outros especialistas, além da televisão e do computador dêem conta da educação de seus filhos. Assim, tanto a família quanto à escola, esperam que uma dê conta do papel da outra. A criança sente-se abandonada e poucas vezes adquirem o equilíbrio necessário para receber a formação adequada e necessária para tornar-se um indivíduo consciente de sua cidadania.

A família e a escola vivem, hoje, uma crise em que os valores materiais pautam as relações.

Assim, a boa escola é vista como a que mais oferece serviços e incrementos, que vão desde a informática, balé e inglês até câmeras instaladas nas salas de aula. Este comportamento pode ser justificado por uma expectativa dos pais de que a escola resolva todos os seus problemas.

Existe um relativo consenso de que a temática: “Família e Escola” tratem de uma relação complexa e, por vezes, assimétrica, no que diz respeito aos valores e objetivos entre as instituições. E esta é, realmente, uma relação sujeita a conflitos de diferentes ordens. Nos dias atuais podemos ver este conflito observando a tênue distância formada entre o adulto e a criança.

Assim, tanto a escola como a família, poderão verificar seu papel no enfrentamento da crise que envolve a todos, ampliando as preocupações e princípios, que possam unir em alguns pontos, duas instituições tão complexas.

Investigar estratégias que viabilizem ao aluno, a construção de sua identidade, autonomia com responsabilidade, conhecimento e exercício de sua cidadania, a partir da estrutura da família moderna e de suas relações com a instituição escolar.

Colaborar para a conscientização da importância da relação Família-Escola no processo de adaptação, especificamente voltado às crianças na ed. Infantil.

A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA ESCOLA.

A escola pode ser pensada como o meio do caminho entre a família e a sociedade.

Neste delicado lugar, tanto a família quanto à sociedade lançam olhares e exigências à escola. No que se refere à família, é necessário dizer que a historiografia brasileira nos leva a concluir que não existe um “modelo de família” e sim uma infinidade de modelos familiares, com traços em comum, mas também guardando singularidades. É possível dizer que cada família possui uma identidade própria, trata-se na verdade, como afirmam vários autores, de um agrupamento humano em constante evolução, constituído com o intuito básico de prover a subsistência de seus integrantes e protegê-los.

Estão presentes dessa maneira, sentimentos pertinentes ao cotidiano de qualquer

agrupamento como amor, ódio, ciúme, inveja, entre outros. Em relação às expectativas da família com relação à escola com seus filhos encontram-se várias fantasias familiares como o desejo de que a instituição escolar “edueque” o filho naquilo que a família não se julga capaz.

Embora bem delimitadas as diferenças entre casa e escola, passou-se a buscar mais o apoio desta, entendendo-se a eficácia da ação normalizadora da escola sobre crianças e jovens quando respaldadas pelo conhecimento e aquiescência da família. Apesar disso, reservavam-se à escola, os direitos sobre o conhecimento científico acerca das áreas disciplinares, como também sobre aqueles que diziam respeito aos processos de aprendizagem das crianças e adolescentes, conhecimentos estes informados pela biologia, psicologia e ciências sociais preservando a escola, desta forma, seu lugar de autoridade no gerenciamento das questões pedagógico - educacionais.

Hoje vivemos outro tempo, bem mais complexo, diverso e inquietante do que há algumas décadas, a escola enfrenta, além do desafio frente ao domínio do conhecimento, em permanente mudança, também o desafio da relação com seus alunos, sejam eles crianças pequenas ou jovens.

Ao lado da família, a escola permanece sendo um espaço de formação que deve, para tanto, repensar a sua ação formadora, preocupando-se em formar seus educadores para que os mesmos reúnam recursos que os permitam lidar com os conflitos inerentes ao cotidiano escolar. É, portanto, na escola, refletindo sobre o que há para ser ensinada às crianças sobre a metodologia que pode tornar mais coesa a ação do conjunto docente, que a escola poderá encontrar saídas legítimas à superação dos problemas morais e éticos que assolam o seu dia-a-dia. Nesse sentido, sem abdicar do lugar reservado ao ensino formal, é preciso que os espaços destinados à formação dos educadores no interior da escola dêem, também, prioridade à reflexão político-filosófica sobre os sentidos e possibilidades da ação educacional para que se possa desta feita, recuperar ou constituir um novo ideário para a escola.

A escola não é a única instância de formação de cidadania. Mas, o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade depende cada vez mais da qualidade e da igualdade de oportunidades educativas. Formar cidadãos na perspectiva aqui delineada supõe Instituições onde se possa resgatar a subjetividade inter-relacionada com a dimensão social do ser humano, em que a produção e comunicação do conhecimento ocorram através de práticas participativas e criativas.

Trata-se de uma instituição da sociedade na qual a criança atua efetivamente como sujeito individual e social. É um espaço concreto e fundamental para a formação de significados e para o exercício da cidadania: na medida em que possibilita a aprendizagem de participação crítica e criativa, contribui para formar cidadãos que atuem na articulação entre o Estado e a sociedade civil. Para a família, o ensino quanto mais individualizado, melhor para seu filho, pois nessa conjetura vai haver a peculiaridade de melhor ajudá-los e a destacá-los. As preocupações transitam, portanto no âmbito do privado. Este enfoque mais social do que individual, carrega objetivos éticos, pois a escola deve ser um espaço de valorização tanto da informação, como da formação de seus alunos, dentro de uma estrutura coletiva.

A escola como instituição busca através de seu ensino, que seus alunos possam assumir a responsabilidade por este mundo.

Existem escolas que trabalham visivelmente no objetivo de reprodução dos valores ideologias dominantes, outras tem uma posição mais crítica, mas todas assumem posições

políticas, pois a escolha dos conteúdos a serem ensinados, o estilo e o método deste ensino, suas regras, sua maneira de avaliar, de receber a família etc., traduzem os objetivos das instituições, deixando claras as opções e desvelando seus interesses mais específicos.

Partindo de um levantamento da história da participação da família na educação vimos que os interesses das famílias foram acolhidos mais fortemente na escola brasileira, a partir das décadas de 60/70, através do movimento de Renovação Pedagógica, que abriu uma grande lacuna para a entrada de um olhar mais psicológico no âmbito escolar, ampliando a atenção com cada criança, suas escolhas e desejos, seu tempo de aprender entre tantos.

Enfrentamos, porém, conflitos decorrentes da situação vivida, pois passamos de um valor centrado no conteúdo e no educador, para um valor centrado na criança e em seu processo de aprender. O desafio das escolas hoje é sair dos extremos, buscando valorizar tanto a informação, como a formação, tanto no educador como no educando, tanto o método como os conhecimentos acumulados, resgatando a importância do grupo na construção de conceitos e valores.

A complexidade do processo de socialização é evidente e torna-se bastante expressiva dentro do processo ensino-aprendizagem através de aspectos do tipo: imitação, identificação e mais um conjunto de características determinadas pelo contexto familiar, que irão interagir no desenvolvimento da criança dentro da instituição escolar.

Tradicionalmente a escola olhou para a família com certa desconfiança e, quando não teve alternativa, apenas suportou a participação dos pais na condição de ouvintes comportados dos relatos por eles produzidos, acerca da trajetória disciplinar e pedagógica dos alunos. Raramente essa participação superou os limites de ação beneficente, envolvendo-se com a parte organizacional do projeto curricular da escola. Para a escola, a família foi e é, o locus de construção de moralidade, base indispensável para a garantia do projeto moralizador e civilizacional representado pela escola.

Os estudos realizados, em vários países, nas últimas três décadas, mostraram que, quando os pais se envolvem na educação dos filhos, eles obtêm melhor aproveitamento escolar. De todas as variáveis estudadas, o envolvimento dos pais no processo educativo foi a que obteve maior impacto, estando esse impacto presente em todos grupos sociais e culturais.

Quando falamos em colaboração da escola com os pais, estamos a falar de muitas coisas.

Muitos professores não vão além dessa prática e, muitas vezes, limitam-se a ser os mensageiros das más notícias. Talvez, por isso muitos pais olhem para a escola com um misto de receio e de preocupação, porque só são chamados pelo professor quando os filhos revelam problemas de aprendizagem ou de indisciplina. Mas há outras formas de colaboração. Por exemplo, o apoio social e psicológico que a escola pode dar aos alunos e respectivas famílias através dos serviços de apoio social escolar e dos serviços de psicologia e orientação vocacional.

Para muitas famílias no limiar da pobreza, esta é a única forma de colaboração conhecida.

Nos jardins de infância e nas escolas do ensino básico, começa a ser comum a participação dos pais em atividades escolares: festas, comemorações e visitas de estudo. Algumas destas formas de colaboração têm efeitos expressivos na melhoria do aproveitamento escolar dos alunos, aumenta a motivação dos alunos no estudo, ajuda a que os pais compreendam melhor

o esforço dos professores. Melhora a imagem social da escola, reforça o prestígio profissional dos professores, ajuda os pais a serem melhores pais. Da mesma forma, estimula os professores a serem melhores professores.

Não há uma única maneira correta de envolver os pais. As escolas devem procurar oferecer um menu que se adapte as características e necessidades de uma comunidade educativa cada vez mais heterogênea. A intensidade do contato é importante e deve incluir reuniões gerais e o recurso à comunicação escrita, mas, sobretudo os encontros esses agentes (escola e família).

Intensidade e diversidade parecem ser as características mais marcantes dos programas eficazes.

Nada é pior para o bem estar e desenvolvimento das crianças do que a ausência de referências seguras e a privação do contato continuado e duradouro com adultos significativos.

Quando os valores da escola coincidem com os valores da família, quando não há rupturas culturais, a aprendizagem ocorre com mais facilidade. Nas comunidades homogêneas, em que os professores partilham os mesmos valores, linguagem e padrões culturais dos pais dos alunos, está garantida a continuidade entre a escola e a família. Contudo, são cada vez mais as escolas com populações estudantis heterogêneas, nas quais os professores e os pais têm raízes culturais diferentes, provocando, nos alunos, dificuldades de adaptação.

Se tivermos presente a maneira como os alunos aprendem, torna-se evidente à importância da continuidade cultural entre a escola e as famílias. O aluno aprende assimilando a informação pela experiência direta com pessoas e objetos, ou seja, professores, pais, colegas, livros, programas de televisão e Internet. Essa informação é incorporada nas suas estruturas mentais, modificando-as, tornando-as mais complexas e abrangentes. É o desejo de adquirir sentido, detectar compreender, que leva o aluno a aprender.

Confrontados com grandes descontinuidades entre a casa e a escola, incapazes de compreenderem a cultura escolar e de aplicarem as suas experiências passadas aos novos contextos, esses alunos podem rejeitar ou ignorar a nova informação. Quando isso acontece, estão criadas as condições para que o aluno rejeite a cultura escolar. Essa rejeição pode assumir várias formas: indisciplina, violência, abandono, passividade e resignação. Seja qual for a forma assumida pela rejeição, os sinais dessa rejeição devem ser interpretados pelo professor, cabendo-lhe traçar um plano de ação que inclua a comunicação com os pais.

O envolvimento dos pais nas escolas produz efeitos positivos tanto nos pais como nos professores, nas escolas e nas comunidades locais. Os pais que colaboram habitualmente com a escola ficam mais motivados para se envolverem em processos de atualização e reconversão profissional e melhoram a sua auto-estima como pais.

O envolvimento familiar traz, também, benefícios aos professores que, regra geral, sente que o seu trabalho é apreciado pelos pais e se esforçam para que o grau de satisfação dos pais seja grande. A escola também ganha porque passa a dispor de mais recursos comunitários para desempenhar as suas funções, nomeadamente com a contribuição dos pais na realização de atividades de complemento curricular.

Quando a escola se aproxima das famílias, registra-se uma pressão positivas no sentido de os programas educativos responderem às necessidades dos vários públicos escolares. As

comunidades locais também ganham porque o envolvimento familiar faz parte do movimento cívico mais geral de participação na vida das comunidades, sendo, por vezes, uma oportunidade para os pais intervirem nos destinos das suas comunidades e desenvolverem competências de cidadania.

Restou para a escola a responsabilidade de estabelecer a ordem neste caos e, como não lhe é possível reorganizar o quadro familiar, resta-lhe abrir mais portas para tentar uma parceria educativa com os pais, de modo que possa instituir uma nova estabilidade, que traga de volta, à escola, a legitimidade que a crise da modernidade lhe retirou.

Sem dúvida que este estudo faz parte de uma nova etapa nas relações escola/família, em que os papéis serão reconstituídos sob novas bases éticas, políticas e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de adaptação de uma criança na escola, não começa com ela, mas sim com seus pais, que muitas vezes se sentem ansiosos, mostra dificuldades em se separar dos filhos, o que influi demais nesse processo.

Os primeiros dias na escola geram expectativas, ansiedade, insegurança, angústias, medos e dúvidas em pais e crianças.

Escolhemos este tema porque presenciamos momentos onde muitas crianças, ao irem para a escola e se separarem de suas famílias reagiam de forma angustiante e com muito choro, e gritos e também por considerarmos esse momento muito importante na vida da criança e de seus pais, pois é quando a criança está deixando o mundo conhecido, que é a família, e passa a fazer parte de um novo grupo que será a nova vivência social.

Nossos objetivos com esta pesquisa bibliográfica são:

Contribuir para projetos futuros, onde a adaptação escolar possa ser um momento prazeroso para a criança e sua família.

Transmitir aos pais segurança, para que este momento de adaptação seja menos possível traumático para criança.

Oferecer situações de acolhimento, tanto para criança como para seus familiares.

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica dissertativa pelo motivo que recorreremos ao uso de materiais como livros, revistas, artigos, publicações avulsas e imprensa escrita.

Marconi e Lakatos (2001) dizem que o fim principal da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao pesquisador o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulações de suas informações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALADAN, Nancy. **O início da vida escolar: da separação à independência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

BASSEDAS, Eulália. **Aprender e ensinar na educação infantil**/Eulália Bassedas, Teresa Huguet & Isabel Sole; trado. Cristina Maria de Oliveira – Porto Alegre: Artesw Médicas Sul, 1999.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1998.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Organização dos textos, notas remissas e índices po Juarez de Oliveira, 3ª. Edição, São Paulo: Saraiva, 1993.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

BOCK, Ana Mercês Bahia ET' alli. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva 1989.

BORGES, M.F.S. T e Souza, R.C. de (org). **A práxis na formação de educadores de educação infantil**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

CAVALHEIRO, Eliane dos Santos: **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo preconceito e discriminação na educação infantil**. 3ª ed.- São Paulo: Contexto, 2003.

COSTA, Simone Rodrigues de Lima. **Adaptação na educação infantil: Estratégias de envolvimento dos pais**. (monografia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Educação. 2003

DAVINI, Juliana; FREIRE, Madalena (org). **Adaptação: pais, educadores e crianças enfrentando mudanças**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1999. (Série cadernos de reflexão).

DIESEL, Marlete. **A adaptação escolar: sentimentos e percepção do educador diante de questão**. Revista do professor: Porto Alegre, 1974:10-13 .Abr./jun.2003.

HENRIQUES, L.A. **O período de adaptação na pré-escola em um enfoque psicopedagógico**. In: SCOZ, B.J.L. (et al) Psicopedagógico – o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

REID, Susan. **Compreendendo seu filho de 2 anos**. Trad. Cláudia Gerpe Duarte. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. São Paulo: Gente. 1996.